



## EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DOS ELEMENTOS CONSTITUINTES ÀS DIFICULDADES

Gabriela Garcia Ceron<sup>1</sup>

### RESUMO

Atualmente, há um número crescente de crianças com necessidades especiais que estão sendo educadas na escola regular. Crianças com necessidades especiais são aquelas, que por alguma espécie de limitação, requerem certas modificações ou adaptações no programa educacional, para que possam atingir todo seu potencial. A educação inclusiva compreende o oferecimento de acesso aos estudantes portadores de necessidades especiais às salas de aula comuns, e a percepção de que todos podem aprender juntos. Consiste em tema atual, polêmico e de extrema relevância, na medida em que a legislação vigente contempla tal inclusão, porém na prática, faltam condições para sua efetivação. Tendo em vista a necessidade de uma reflexão crítica sobre o tema e fatores como a falta de formação eficaz para os educadores, o presente estudo teve como objetivo: analisar os principais fatores constituintes da educação inclusiva, bem como discutir fatores que a dificultam.

**Palavras-chave:** Inclusão Educacional. Necessidades especiais. Igualdade.

### ABSTRACT

Nowadays, there is an increasing number of children with special needs who are being educated in regular schools. Children with special needs are those who, for some sort of limitation, require certain changes or adaptations in the ordinary educational programmer, for them to achieve all their potential. This inclusive education applies to offering access to students with special needs in common classrooms, and the perception that everybody can learn together. It consists of an actual subject, polemic and of extreme relevance, as the current legislation contemplates such inclusion, however in practice, there is a lack of resources for its effectiveness. Having in mind the necessity of a critical reflection on the subject and factors such as the effective formation for the educators, the present study had as objective: to analyze the main factors that consists in inclusive education, as well as discussing factors that make it difficult.

**Key words:** Education Inclusion. Special. Needs. Equality.

### Introdução

Crianças com necessidades especiais são aquelas que, por alguma espécie de limitação, requerem certas modificações ou adaptações no programa educacional, para que

---

<sup>1</sup> *Graduada em psicologia pela UNORP, Pós-graduada em educação especial e inclusiva pela UNIRP, Mestranda em psicologia e saúde pela FAMERP*



possam atingir todo seu potencial. As necessidades especiais podem advir de problemas visuais, auditivos, mentais ou motores, bem como de condições ambientais desfavoráveis (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS, 2006).

O alunado com necessidades educacionais especiais compreende: os deficientes mentais, auditivos, visuais, físicos, múltiplos, os que apresentam condutas típicas das síndromes neurológicas, psiquiátricas e psicológicas graves, também os de altas habilidades (CARVALHO, 2006).

Inicialmente, o aluno da educação especial era chamado de excepcional. Após a década internacional das pessoas portadoras de deficiência (1981-1990) tem sido denominado como: pessoa portadora de deficiência, pessoa com deficiência, pessoa com necessidades especiais ou com necessidades educacionais especiais (CARVALHO, 2006).

No final do século XVIII e início do século XIX, inicia-se, timidamente, no Brasil, a educação das crianças portadoras de necessidades especiais de forma institucional. É a chamada fase de segregação, na qual esta clientela é atendida dentro de grandes instituições como asilos e abrigos, já não sendo vista com tanta rejeição e medo, mas ainda muito excludente. No século XX, a partir da década de 60, surgem as primeiras escolas especiais, que se espalham pelo mundo. É o chamado Modelo Segregador, pois a educação especial era vista como um sistema isolado do sistema comum de ensino (SANTOS, 2001; JANNUZZI, 2004; ROCHA, 2004; ARAÚJO; HETKOWSKI, 2006; SASSAKI, 2006).

O sistema escolar tradicional está estruturado a partir de um pensamento que recorta a realidade, pois admite a divisão dos alunos em normais e deficientes, dualiza o ensino em regular e especial, bem como os educadores como especialistas nesta e naquela manifestação das diferenças. Essa reestruturação carrega a marca de uma visão determinista, mecanicista, formalista, reducionista, própria do pensamento científico moderno, que despreza o subjetivo, o afetivo, o criador (MANTOAN, 2006).

Por outro lado, a educação inclusiva, compreende o oferecimento de acesso aos estudantes portadores de necessidades especiais às salas de aula comuns, a percepção de que todos podem aprender juntos, proporcionando aos professores um suporte técnico, para que estes possam estabelecer formas criativas de atuação (MRECH, 2006).



Para que a escola inclusiva se concretize é imperativo que a escola tradicional redefina seus planos, visando uma educação direcionada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos, que reconheça e valorize a diversidade (MANTOAN, 2006).

Atualmente, há um número crescente de crianças que estão sendo educadas na escola regular. A educação inclusiva tornou-se alvo de muitas discussões, dúvidas e questionamentos. Tendo em vista a necessidade de uma reflexão crítica sobre o tema, e fatores como a falta de formação eficaz que prepare os profissionais para educarem adequadamente os portadores de necessidades especiais, o presente estudo teve como objetivo: analisar os principais fatores constituintes da educação inclusiva, bem como discutir fatores que a dificultam. Para tal, utilizou-se a pesquisa bibliográfica como recurso metodológico.

Como fatores primordiais à educação inclusiva, o estudo destaca: reorganização das práticas escolares, acessibilidade, currículos amplos e abertos, novas formas de avaliação escolar, a compreensão de que os alunos possuem ritmos e processos de assimilação diferentes, adequação psicopedagógica à necessidade dos alunos, mudança de gestão e do papel do professor (agente ativo no processo de inclusão) pais como parceiros, entre outros.

Como fatores que dificultam a educação inclusiva, assinala: resistência a mudanças, a falta de organização dos portadores de necessidades especiais e suas famílias, o preconceito, a escola tradicional elitista e homogeneizadora, a falta de capacitação dos professores, as barreiras arquitetônicas, entre outros.

O presente estudo ressalta a necessidade de capacitação dos profissionais para lidarem com esse público alvo, auxiliando a concretizar a igualdade de oportunidades e a democratização do ensino.

### **Necessidades especiais**

Pessoas com necessidades especiais são aquelas que apresentam alguma espécie de limitação decorrente de distúrbios visuais, auditivos, mentais ou motores, podendo ser assim classificados: deficiência física, deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência intelectual, deficiência múltipla, e também os portadores de altas habilidades (ZACHARIAS, 2006).

O conceito necessidades educacionais especiais é utilizado para referir-se às crianças e jovens, cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para



aprender. Associa-se, portanto, a dificuldade de aprendizagem não necessariamente direcionada à deficiência (ROCHA, 2004; UNITAU, 2006). Atualmente, deixa-se de focar somente nas dificuldades específicas desse alunado e passa-se a enfatizar o que a escola pode e deve fazer para responder às suas necessidades (UNITAU, 2006).

É imperativo ressaltar que, ao tentar definir qualquer tipo de necessidade especial, é importante focalizar as potencialidades da pessoa e, não apenas, o que ela não pode fazer ou apresenta dificuldade de fazer sozinha (TELECENRO, 2006).

### **Educação inclusiva: definições**

A educação inclusiva é a filosofia e a visão de que todas as crianças pertencem à escola e à comunidade e de que podem aprender juntos. É o conceito construtivo de autonomia, ou seja, ser parte e todo ao mesmo tempo. É fazer parte, é compreender e ser compreendido (SASSAKI, 2001; AMARAL, 2003; MACEDO, 2005).

A educação inclusiva visa a matrícula de todas as pessoas portadoras de necessidades especiais na rede regular de ensino. Buscando assim, a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem para todos, respeitando as diferenças, acolhendo a diversidade e contribuindo para o enriquecimento de todas as pessoas (AMARAL, 2003; UNITAU, 2006; CARDOSO GARCIA, 2017).

Inclusão significa que não é o aluno que se molda ou se adapta à escola, mas a escola consciente de sua função, coloca-se à disposição do aluno. A educação é uma questão de direitos humanos e os alunos com necessidades especiais devem fazer parte das escolas, as quais devem se estruturar para incluir a todos. Assim, a escola inclusiva possui prática pedagógica coletiva, multifacetada, dinâmica e flexível, implantando propostas educativas que contemplam a diversidade contribuindo para a construção de uma sociedade mais solidária e menos excludente (KARAGIANNIS; STAINBACK; STAINBACK, 1999; SASSAKI, 2001; SCHNEIDER, 2003; DUTRA, 2005; MANTOAN, 2005; CARDOSO GARCIA, 2017).

Segundo Mittler (2005) a educação inclusiva requer uma reorganização estrutural das escolas e salas de aula regulares para melhor atenderem à diversidade, envolvendo mudanças em três níveis:



- a) todas as crianças devem frequentar a escola local, na sala de aula regular e com o devido apoio;
- b) todas as escolas devem reestruturar seu programa de ensino, pedagogia, avaliação e sistemas de agrupamento para garantir acesso e sucesso a todas as crianças da comunidade;
- c) todos os professores devem aceitar a responsabilidade pelo aprendizado de todas as crianças, devem receber treinamento contínuo, apoio do diretor, do corpo administrativo da escola, de seus colegas e da comunidade.

### **O processo histórico**

Conhecer a história das necessidades especiais é tentar compreender como atualmente há tantos progressos nas áreas tecnológicas e científicas, e tão pouca evolução nas áreas humana e social (MAZZOTTA, 2001; ROCHA, 2004). Foi percorrido um longo caminho de dor e exclusão. Tal história é marcada, inicialmente, pela fase de exclusão ou segregação, na qual estas pessoas eram consideradas como indignas de educação escolar. (SANTOS, 2001; ARAÚJO; HETKOWSKI, 2006; SASSAKI, 2006).

Situações desconhecidas causam temor, assim, a pena, o medo, o pavor, a distância, o negar-se a educar têm suas origens na Idade Média em consequência da falta de conhecimento sobre as necessidades especiais, associado à noção de que esta clientela era invariavelmente e permanentemente inválida (MAZZOTTA, 2001; ROCHA, 2004).

Até o século XV, crianças portadoras de necessidades especiais eram abandonadas e expostas à morte por negligência e inanição, porque eram tidas como manifestação sobrenatural. Foi no século XVI que passaram a ser vistas sob a óptica médica, mas as causas permaneciam sendo sobrenaturais. Nos séculos XVII e XVIII com a evolução da ciência, estas pessoas passam a ser vistas no âmbito científico. Com isso, surge o Modelo Organicista que explica as necessidades especiais somente pela visão médica, trazendo progressos importantes, porém, mantendo a segregação no campo educacional, pois, a concepção de diferenças individuais não era compreendida (MAZZOTTA, 2001; ROCHA, 2004).

No final do século XVIII e início do século XIX, inicia-se, timidamente a educação das crianças portadoras de necessidades especiais de forma institucional. É a chamada fase de segregação onde esta clientela é atendida dentro de grandes instituições como asilos e abrigos,



já não sendo vista com tanta rejeição e medo, mas ainda muito excludente. No século XX, a partir da década de 60, eclode o movimento dos pais reivindicando o direito de seus filhos portadores de necessidades especiais ingressarem na escola comum; surgem, então, as escolas especiais. Milhares de instituições de Ensino Especial se espalham pelo mundo. É o chamado Modelo Segregador, pois a educação especial era vista como um sistema isolado do sistema comum de ensino (SANTOS, 2001; JANNUZZI, 2004; ROCHA, 2004; ARAÚJO; HETKOWSKI, 2006; SASSAKI, 2006).

O Modelo Integrador surge nas décadas de 70 e 80. Neste sistema os alunos com necessidades especiais que atingissem a normalização eram encaminhados ao sistema regular de ensino, ou seja, exigia que este alunado se adaptasse à escola sem quaisquer modificações, o que mantinha a segregação e o preconceito (ROCHA, 2004; SASSAKI, 2006).

A educação inclusiva inicia-se em 1975, nos Estados Unidos da América, através da lei no. 94142 que cria uma rede de informações entre escolas, bibliotecas, hospitais e clínicas e propõe a modificação dos currículos, buscando a inserção social e educacional das pessoas portadoras de necessidades especiais e a abolição da segregação (KARAGIANNIS; STAINBACK; STAINBACK, 1999; MAZZOTTA, 2001; ROCHA, 2004; MRECH, 2006; RISCHBIETTER, 2006).

A inclusão educacional está assegurada pelo artigo 205 da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988 que diz: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A igualdade de condições para o acesso e permanência na escola está garantida em seu artigo 206 e em seu artigo 208, inciso III, preferencialmente na rede regular de ensino. É a chamada Constituição Cidadã, destacando a importância e urgência de se promover a inclusão educacional como elemento formador da nacionalidade (CONTEUDOESCOLA, 2004; BRASIL, 2005).

O mais importante documento que norteia a Educação Inclusiva é a Declaração de Salamanca. O referido documento foi adotado por mais de 300 participantes, representando 92 países e 25 organizações internacionais, presentes na Conferência Mundial sobre Educação de Necessidades Especiais: acesso e qualidade, realizado na cidade de Salamanca, Espanha, em junho de 1994. Ela proclama as escolas regulares inclusivas como meio mais eficaz de



combate à discriminação. Determina que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou linguísticas. Salienta que, em vez de focalizar a deficiência das pessoas, enfatiza o ensino e a escola, bem como as formas e condições de aprendizagem, ao invés de procurar no aluno a origem de um problema, define-se pelo tipo de resposta educativa de recursos e apoios que a escola deve proporcionar-lhes para que obtenham sucesso escolar. Por fim, ao invés de pressupor que o aluno deva ajustar-se a padrões de “normalidade” para aprender, aponta para a escola o desafio de ajustar-se para atender à diversidade de seus alunos (JANNUZZI, 2004; ROCHA, 2004; SASSAKI, 2006; ZACHARIAS, 2006).

O Brasil ao concordar com a Declaração Mundial para Educação para Todos e ao subscrever a Declaração de Salamanca opta pelo sistema educacional inclusivo. Como consequência, foi elaborado o Plano Decenal de Educação para todos, devendo, em dez anos, proporcionar a educação para todos os alunos do ensino fundamental. Tal plano inclui, explicitamente, os portadores de necessidades especiais como um dos segmentos da clientela escolar, merecedores de atenção especial nos esforços, para o alcance da universalização com qualidade e equidade (MAZZOTTA, 2001; JANNUZZI, 2004; ROCHA, 2004).

### **Elementos da educação inclusiva**

A educação inclusiva implica em uma mudança de paradigma. Da doença para a saúde, da deficiência para as necessidades educativas especiais. Logo, será preciso preparar a escola para incluir na mesma o aluno portador de necessidades especiais e não o contrário. Uma escola inclusiva acolhe todos os alunos, adaptando-se às suas diferentes necessidades (MRECH, 2001; AMARAL, 2003; SASSAKI, 2006; CARDOSO GARCIA, 2017).

A arte de facilitar a adesão à inclusão envolve o trabalho criativo redirecionando o medo para a resolução de problemas, promovendo a reconsideração dos limites, dos relacionamentos, das estruturas e dos benefícios. Essa inovação implica na reorganização das práticas escolares: planejamento, formação de turma, currículo, avaliação, gestão do processo educativo. As estratégias para as modificações na escola deverão ser introduzidas a partir das discussões com a equipe técnica, alunos, pais e professores. A inclusão requer reformas na sala de aula regular, no papel do professor e na própria organização escolar, uma vez que encontrar as necessidades de todos os alunos é tarefa muito maior e mais complexa que



encontrar as necessidades dos alunos portadores de necessidades especiais. A construção da escola inclusiva é responsabilidade de todos que defendem as mudanças para todos os alunos (O'BRIEN; O'BRIEN, 1999; SODRÉ; PLETSCK; BRAUN, 2003; MANTOAN, 2005; MRECH, 2006; SANCHES; TEODORO, 2017).

Para se construir uma escola inclusiva, o primeiro desafio é vencer a questão da acessibilidade. Acessibilidade implica em vencer as barreiras arquitetônicas, curriculares e atitudinais. A queda das barreiras arquitetônicas leva a ambientes educacionais flexíveis, com garantia de acesso físico à escola para todos. As escolas devem ser comunidades acolhedoras, em que todos os alunos se sintam valorizados, seguros, conectados e apoiados. O ambiente físico deve ser disposto de maneira flexível, de forma que todos os alunos tenham acesso a diferentes tipos de atividades de ensino e possam desfrutar do espaço físico o melhor possível, para otimizar a aprendizagem (O'BRIEN; O'BRIEN, 1999; SASSAKI, 2001; EIZIRIK et al, 2002; MITTLER, 2005; GOTTI, 2006; MRECH, 2006; TEIXEIRA; FERNANDES; BERNARDES, 2017).

Novas formas de avaliação escolar são necessárias, dependendo cada vez menos de testes padronizados e com a utilização de métodos novos para avaliar o processo de cada aluno, sendo os mesmos objetivos a serem atingidos. Assim, podem ser usados testes orais e escritos; providenciar para que o teste seja aplicado por uma pessoa especializada; utilizar múltipla escolha; usar respostas curtas; estender a duração e encurtar a extensão da avaliação. As adaptações avaliativas são as técnicas e os instrumentos para avaliar o aluno, modificando-os de modo a considerar, na execução, a capacidade do aluno em relação ao proposto para os demais colegas, não abandonando os objetivos definidos para o grupo, mas acrescentando objetivos complementares curriculares específicos que minimizem as dificuldades decorrentes das necessidades especiais (FALVEY; GIVNER; KIMM, 1999; SASSAKI, 2001; EIZIRIK et al, 2002; SCHNEIDER, 2003; MACEDO, 2005; MRECH, 2006; CADORSO GARCIA, 2017).

A escola inclusiva muda o papel tradicional do professor. Os educadores entendem a necessidade de ampliar os limites que as crianças colocam-se levando-as a buscarem o máximo de sua potencialidade, através de uma proximidade maior com os alunos e na captação das suas maiores dificuldades. O professor acredita que todos os alunos possam aprender, valorizando as potencialidades de aprendizagem de cada um, adaptando propostas



metodológicas de ensino. É fundamental que os professores utilizem várias abordagens de ensino para satisfazerem as necessidades de seus alunos com diferentes níveis de desempenho. O educador comprometido com a educação inclusiva tem em mente que a aprendizagem é um processo individual que ocorre de maneira ativa em cada pessoa, porque ela só é significativa quando as situações de ensino são criadas, levando em consideração o interesse do aluno e a sua capacidade de aprender (FALVEY; GIVNER; KIMM, 1999; VALLE; GUEDES, 2003; MRECH, 2006; SANCHES; TEODORO, 2017).

Na proposta inclusiva, a escola especial, a sala de recursos e os professores de educação especial terão novas e mais importantes funções. Esse professor especializado visita várias escolas regulares que recebam alunos portadores de necessidades especiais, atendendo tanto aos professores, para orientá-lo, quanto aos próprios alunos. A sala de recursos, que conta com materiais e equipamentos especiais, é local onde o professor especializado, fixo na escola, auxilia os alunos nos aspectos específicos em que precisam de ajuda para manterem-se na classe comum, podendo, ainda, auxiliar aos professores das classes regulares, aos demais profissionais da escola e à família dos alunos (KARAGIANNIS; STAINBACK; STAINBACK, 1999; SASSAKI, 2006; ZACHARIAS, 2006; CARDOSO GARCIA, 2017 ).

Os pais são parceiros essenciais na educação de seus filhos, portanto, é necessário a interação família e escola, com efetiva troca de saberes. As famílias são reconhecidas pela escola inclusiva como parceiros plenos junto à equipe escolar e participam das reuniões de escola, colaborando no planejamento, adaptação do currículo e compartilhando sucessos. A escola inclusiva responde com competência às necessidades dos seus alunos e constrói, com os pais, professores e a comunidade, uma educação verdadeiramente aberta à diversidade (SASSAKI, 2001; EIZIRIK, 2002; LIMA et al, 2003; VALLE; GUEDES, 2003; TEIXEIRA; FERNANDES; BERNARDES, 2017).

Os pais são parceiros essenciais na educação de seus filhos, portanto, é necessário a interação família e escola, com efetiva troca de saberes. As famílias são reconhecidas pela escola inclusiva como parceiros plenos junto à equipe escolar e participam das reuniões de escola, colaborando no planejamento, adaptação do currículo e compartilhando sucessos. A escola inclusiva responde com competência às necessidades dos seus alunos e constrói, com os pais, professores e a comunidade, uma educação verdadeiramente aberta à diversidade



(SASSAKI, 2001; EIZIRIK, 2002; LIMA et al, 2003; VALLE; GUEDES, 2003; CARDOSO GARCIA, 2017).

### **Os fatores que dificultam a educação inclusiva**

Inclusão educacional, segundo Carvalho (2006), não é a expansão da matrícula dos portadores de necessidades especiais nas turmas de ensino regular sem que a escola ofereça a educação de qualidade para todos. A educação inclusiva não se concretizará se forem ignoradas as necessidades específicas de cada aluno, se for extinto o atendimento da educação especial de maneira precoce, se as crianças forem submetidas a um processo único de desenvolvimento, ao mesmo tempo e para todas as idades; e caso haja a expectativa de que os professores de classes regulares ensinem os alunos portadores de necessidades especiais sem um suporte técnico (EIZIRIK et al, 2002; MRECH, 2006; CARDOSO GAARCIA, 2017; PLETSCH; MENDONÇA LUNARDI MENDES, 2017).

A falta de organização dos portadores de necessidades especiais e de suas famílias faz com que a sociedade não ouça os que mais sofrem com a exclusão. A construção da inclusão pode significar sofrimento. Poucos sabem que a maioria continua vivendo sem ter conhecimento dos direitos que lhes são assegurados (ARAÚJO; HETKOWSKI, 2006; CARVALHO, 2006; TEIXEIRA; FENANDES; BERNARDES, 2017).

É discriminatório que alunos com necessidades especiais tenham que conquistar o direito ou necessitem de “estarem preparados” para serem incluídos na educação regular. Aguardar que a educação inclusiva só se concretize quando todos os indivíduos envolvidos estiverem preparados, ou implantá-la por fases, são métodos que ignoram a urgência da inclusão para os alunos que não têm tempo a perder (KARAGIANNIS; STAINBACK; STAINBACK, 1999; PLETSCH; MENDONÇA LUNARDI MENDES, 2017).

Mazzota (2001) destaca entre os muitos obstáculos a serem vencidos para que a inclusão aconteça:

- a) falta de informação atualizada relativas às necessidades especiais;
- b) atitudes segregacionistas de muitos portadores de necessidades especiais;
- c) negação da necessidade especial ou a superproteção por parte das famílias;
- d) assistencialismo protecionista prestado por muitas organizações de atendimento às pessoas com necessidades especiais;



- e) pulverização das ações dos serviços disponíveis da comunidade, governamentais e não-governamentais;
- f) falta de crítica e reflexão sobre a integração, envolvendo técnicos e portadores de necessidades especiais;
- g) interpretação ambígua das leis referentes à inclusão;
- h) falta de agilidade nas ações dos órgãos governamentais, no que se refere ao atendimento do portador de necessidades especiais;
- i) insuficiência de recursos financeiros;
- j) carência de recursos humanos qualificados para o atendimento ao portador de necessidades especiais.

### **Conclusão**

A legislação brasileira contempla a inclusão, mas é necessário colocá-la em prática, pois de nada adianta ter os direitos garantidos se estes não forem exercidos e respeitados. É necessário que saiam do discurso teórico e cheguem às ações concretas, que tornem realidade tal inclusão.

O Sistema Educacional Brasileiro não pode continuar apresentando resistência a essa onda inclusiva anulando e marginalizando as diferenças na maneira que instrui o alunado. Não basta inserir o aluno na rede regular, é necessário que ações educativas o incluam no sistema educacional. Infelizmente, em muitas escolas, os alunos especiais são “abandonados” na sala de aula consistindo na segregação da inclusão.

A escola deve ser um local privilegiado onde o indivíduo adquira um saber que lhe permita reconhecer seus direitos, exigir sua aplicação e compreender a necessidade de exercê-los.

A inclusão educacional de pessoas com necessidades especiais na rede regular de ensino traz benefícios para todas as pessoas envolvidas. Os portadores de necessidades especiais têm acesso à escola regular; os outros alunos aprendem a conviver com a diversidade adquirindo uma concepção mais ampla de cidadania. A escola, como um todo, compreende que há ritmos de aprendizado diferentes; o educador repensa sua prática pedagógica para que o aprendizado de fato aconteça.



O presente estudo sugere que futuras pesquisas analisem como o grau cultural e/ou educacional dos portadores de necessidades especiais e suas respectivas famílias podem influenciar na luta e engajamento para a educação inclusiva. Sugere a investigação dos fatores que levam os cursos de formação dos professores, apesar da onda inclusiva, a não prepararem efetivamente seu futuro educador para incluir. Por fim, intervenções voltadas para inclusão podem investigar quais procedimentos cooperativos ministrados pelos professores em sala de aula favorecem a inclusão do aluno com determinadas necessidades especiais.

O processo inclusivo vem desenvolvendo-se lenta e gradativamente, em um movimento mundial, com caráter irreversível. As dificuldades serão mais facilmente transponíveis com o apoio mútuo entre portadores de necessidades especiais, suas famílias, a escola, a comunidade e o poder público.

## Referência

AMARAL, Daniela Patti do. **Paradigmas da inclusão: uma introdução**. In: SOBRINHO, Francisco de Paula Nunes (Org.) *Inclusão Educacional: pesquisa e interfaces*. Rio de Janeiro: Livres Expressão, 2003. p. 11-19.

ARAÚJO, Kátia Soane Santos Araújo; HETKOWSKI, Tânia Maria. **Inclusão: um direito de todos**. 2006. Disponível em: <<http://www.saci.org.br/index.php?modulo=akemi&parametro17480>>. Acesso em: 12 agosto 2006.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2005.

CARDOSO GARCIA, R. M. **Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, v. 18, n. 52, 2017. ISSN 1413-2478. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/resumen.oa?id=27525615007>> &gt;. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/275/27525615007.pdf>> &gt;. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/275/27525615007/index.html>> &gt;. Acesso em: 28 outubro 2017.

CARVALHO, Rosita Edler. **Inclusão escolar: desafios**. 2006. Disponível em: <<http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br>>. Acesso em: 4 abril 2006.

CONTEUDO ESCOLA. **Relevância da educação inclusiva**. 2004. Disponível em: <<http://www.conteudoescola.com.br/site/content/view/66/51>>. Acesso em: 2 março 2006.



DUTRA, Claudia Pereira. **Diferentes olhares sobre a inclusão.** 2005. Disponível em: <<http://www.saci.org.br/index.php?modulo=akemi&parametro17/09>>. Acesso: 06 agosto 2006.

EIZIRIK, Marisa F. et al. **A “onda inclusiva” ou o vento do degelo.** 2002. Disponível em: <[http://www.educacaoonline.pro.br/art\\_a\\_onda\\_inclusiva.asp?f\\_id\\_artigo=460](http://www.educacaoonline.pro.br/art_a_onda_inclusiva.asp?f_id_artigo=460)>. Acesso em 29 julho 2006.

FALVEY, Mary A.; GIVNER, Christine C; KIMM, Christina. **O que eu farei na segunda-feira pela manhã?** In: STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. *Inclusão: um guia para educadores.* Porto Alegre: Artmed, 1999. Cap. 8, p. 142 – 165.

GOTTI, Marlene de Oliveira. **Inclusão escolar: desafios.** 2006. Disponível em: <<http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br>>. Acesso em: 04 abril 2006.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.* Campinas: Autores associados, 2004.

KARAGIANNIS, Anastasios; STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Fundamentos do ensino inclusivo.** In: STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. *Inclusão: um guia para educadores.* Porto Alegre: Artmed, 1999. Cap. 1, p. 21-34.

KARAGIANNIS, Anastasios; STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Visão geral histórica da inclusão.** In: STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. *Inclusão: um guia para educadores.* Porto Alegre: Artmed, 1999. Cap. 2, p. 35-47.

LIMA, Flávia Barbosa et al. **Humanização do posto de trabalho docente: uma alternativa ergonômica na inclusão educacional.** In: SOBRINHO, Francisco de Paula Nunes(Org.) *Inclusão Educacional: pesquisa e interfaces.* Livre expressão: Rio de Janeiro, 2003. Cap. V, p. 79-94.

MACEDO, Lino. **Fundamentos para uma educação inclusiva.** In \_\_\_\_\_ *Ensaio pedagógicos: como construir uma escola para todos?* Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 17-30.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças.** Revista Nova Escola. 2005. Disponível em: <<http://www.todosnos.unicamp.br/Ideias/Noticias/Antigas/n7-html>>. Acesso em: 1 julho 2006.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: o que é? In \_\_\_\_\_ *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* 2.ed. São Paulo: moderna, 2006. Cap. 1, p. 13-20.**

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Inclusão e integração ou chaves da vida humana.** 2001. Disponível em: <[http://www.educacaoonline.pro.br/art\\_mazzotta1b.asp?fid\\_artigo=71](http://www.educacaoonline.pro.br/art_mazzotta1b.asp?fid_artigo=71)>. Acesso em: 29 julho 2006.



MAZZOTTA, Marcos.J.S. **Educação especial no Brasil: histórias e políticas públicas**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MITTLER, Peter. **O futuro das escolas especiais**. Revista Pátio ano VIII. ARTMED, Porto Alegre, no. 32, p. 8-11, novembro 2004/janeiro 2005.

MRECH, Leny Magalhães. **O que é educação inclusiva?** 2006. Disponível em: <[http://www.inclusao.com.br/projeto\\_textos-23.htm](http://www.inclusao.com.br/projeto_textos-23.htm)>. Acesso em: 30 julho 2006.

O'BRIEN, John; O'BRIEN, Connie Lyle. **A inclusão como uma força para a renovação da escola**. In STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artmed, 1999. Cap. 3, p. 48-66.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Necessidades especiais**. 2006. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Necessidades\\_educativas\\_especiais](http://pt.wikipedia.org/wiki/Necessidades_educativas_especiais)> Acesso em: 3 abril 2006.

PLETSCH, M. D.; MENDONÇA LUNARDI MENDES, G. **Entre Políticas E Práticas: Os Desafios da Educação Inclusiva No Brasil**. Education Policy Analysis Archives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas, n. 23, 2017. ISSN 1068-2341. Disponível em: &lt;<http://www.redalyc.org/resumen.oa?id=275041389056>&gt;.Disponível em: &lt;<http://www.redalyc.org/pdf/2750/275041389056.pdf>&gt;.Disponível em: &lt;<http://www.redalyc.org/html/2750/275041389056/index.html>&gt;. Acesso em 28 outubro 2017.

RISCHBIETER, Luca. **Inclusão: missão impossível ou uma nova etapa na integração de crianças e adolescentes com necessidades especiais?** 2006. Disponível em: <[http://www.educacional.com.br/pais/glossario\\_pedagogico/inclusao.asp](http://www.educacional.com.br/pais/glossario_pedagogico/inclusao.asp)>. Acesso em: 2 março 2006.

ROCHA, Moira Sampaio. Perspectivas atuais em educação especial: da exclusão à inclusão. In \_\_\_\_\_ **Educação especial inclusiva**. Belo Horizonte: PUC MINAS VIRTUAL, 2004.

SANCHES, I.; TEODORO, A. **Procurando indicadores de educação inclusiva: as práticas dos professores de apoio educativo**. Revista Portuguesa de Educação, v. 20, n. 2, 2017. ISSN 0871-9187. Disponível em: &lt;<http://www.redalyc.org/resumen.oa?id=37420205>&gt;.Disponível em: &lt;<http://www.redalyc.org/pdf/374/37420205.pdf>&gt;.Disponível em: &lt;<http://www.redalyc.org/html/374/37420205/index.html>&gt;. Acesso em: 28 outubro 2017

SANTOS, Mônica Pereira dos Santos. **A inclusão da criança com necessidades educacionais especiais**. (1).2001. Disponível em: <[http://www.educacaoonline.pro.br/art\\_a\\_inclusao\\_da\\_crianca.asp?f\\_id\\_artigo=63](http://www.educacaoonline.pro.br/art_a_inclusao_da_crianca.asp?f_id_artigo=63)>. Acesso em: 29 julho 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **As escolas inclusivas na opinião mundial**. 2006. Disponível em: <<http://www.entreamigos.com.br/textos/educa/edu1.htm>>. Acesso em: 8 julho 2006.



SASSAKI, Romeu Kazumi. **Lista de checagem sobre as práticas inclusivas na sua escola.** 2001. Disponível em: <[http://www.educacaoonline.pro.br/art\\_lista\\_de\\_checagem.asp?f\\_id\\_artigo=68](http://www.educacaoonline.pro.br/art_lista_de_checagem.asp?f_id_artigo=68)>. Acesso em: 29 julho 2006.

SCHNEIDER, Magalis Béssem Dorneles. **Subsídios para ação pedagógica no cotidiano escolar inclusivo.** 2003. Disponível em: <[http://www.educacaoonline.pro.br/art\\_subsidios\\_para\\_acao.asp?f\\_id\\_artigo=507](http://www.educacaoonline.pro.br/art_subsidios_para_acao.asp?f_id_artigo=507)>. Acesso em: 28 julho 2006.

SODRÉ, Jane; PLETSCCK, Márcia Denise; BRAUN, Patrícia. **A formação inicial e continuada de recursos humanos para prática docente frente à educação inclusiva.** In SOBRINHO, Francisco de Paula Nunes (Org.) *Inclusão educacional: pesquisa e interfaces*. Livre expressão: Rio de Janeiro, 2003. Cap. IV, p. 62-76.

TEIXEIRA, R.; FERNANDES, S.; BERNARDES, G. **A educação especial na rede pública de educação em uma cidade do centro-oeste brasileiro.** Revista Lusófona de Educação, n. 33, 2017. ISSN 1645-7250. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/resumen.oa?id=34949131013>>. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/349/34949131013.pdf>>. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/349/34949131013/index.html>>. Acesso em 28 outubro 2017.

TELECENRO para todos. **Conhecendo as deficiências.** 2006. Disponível em: <<http://www.tele-centros.org/discapitados/secao=102Sidioma=br&parâmetro=9541ht..>>; Acesso em: 13 agosto 2006.

UNITAU Colégio – Escola Dr. Alfredo José Balbi – **Educação para a cidadania: inclusão educacional.** 2006. Disponível em: <[http://www.unitau.br/colegio\\_unitau/inclusao\\_educacional.htm](http://www.unitau.br/colegio_unitau/inclusao_educacional.htm)>. Acesso em 2 março 2006.

VALLE, Maria Helena Feres; GUEDES, Terezinha Ribeiro. **Habilidades e competências do professor frente à inclusão.** IN SOBRINHO, Francisco de Paula Nunes (Org.) *Inclusão educacional: pesquisa e interfaces*. Livre expressão: Rio de Janeiro, 2003. Cap. III, p. 42-59.

ZACHARIAS, Vera Lúcia F. Câmara. **Necessidades especiais: a educação pré-escolar para crianças com necessidades especiais.** 2006. Disponível em: <<http://www.centrorefeducacional.pro.br/edunespc.html>>. Acesso em: 8 julho 2006.